

# Leitão recusa o convite e lembra sua emenda

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O ex-ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República no governo Figueiredo, professor João Leitão de Abreu, recusou ontem o convite que lhe foi feito, pessoalmente, pelo presidente José Sarney, para que integre a comissão de juristas de alto nível encarregada de redigir o anteprojeto da nova Constituição a ser levado à Assembléia Nacional Constituinte eleita em novembro do próximo ano.

A recusa do ex-ministro Leitão de Abreu em participar da comissão deve-se à sua convicção pessoal de que as contribuições que tinha de oferecer ao governo e ao País sobre a matéria estão contidas na Emenda Constitucional submetida ao Congresso Nacional no ano passado, marcando a data das eleições diretas para presidente em 1988. A emenda foi retirada a pedido do Executivo, diante da insistência do PMDB em aprovar um substitutivo que previa as eleições diretas naquele momento (agosto de 1984, quando o pedido de retirada foi feito).

Ontem, antes da audiência com o presidente Sarney, o professor Leitão de Abreu prometeu aos jornalistas credenciados no Palácio do Planalto que no final teria uma conversa com os repórteres, e adiantou somen-

te tratar-se de "uma visita de cortesia", esclarecendo ter a iniciativa do encontro partido dele próprio.

Leitão de Abreu, porém, já adiantara a pessoas que vêm mantendo conversas com ele nos últimos dias que não tinha intenção de participar da comissão do anteprojeto da Constituição, também por achar que o número dos seus membros (mais de trinta, segundo fontes do próprio governo) era demasiado e não produziria os efeitos pretendidos pelo governo quando de sua formação.

No final da audiência, Leitão de Abreu deixou o Palácio do Planalto pelo elevador privativo, onde está proibido o acesso dos jornalistas, e não falou. Esta é uma postura que ele deverá manter para não deixar transparecer que está criticando a Comissão.

No íntimo, entretanto, o ex-ministro guarda mágoa de a emenda de sua autoria, submetida ao Congresso no ano passado, não ter sido sequer examinada do ponto de vista jurídico. Sua proposta marcava diretas para presidente em 1988, tal como a proposta que deve sair da comissão em composição. Mas, mesmo este comentário ele se abstém de fazer. Se tivesse falado antes, poderia parecer pressão para participar da comissão. Se falar agora, poderá parecer pressão por não integrá-la. Daí, o silêncio a que agora se reserva Leitão de Abreu.